

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : FSP

CLASS. : Yanomá 2397

DATA : 16 11 91

PG. : 1-copa

AULO



1 ★ Nº 22.872 ★ Al. Barão de Limeira, 425 ★ Cr\$ 400,00

va tabela los carros

n os preços dos
Dinheiro PÁG. 3-3

OS NOVOS PREÇOS
A gasolina, em Cr\$ mil

- 11.917 Escort L 1.6
- 9.759 Gol Cl 1.6
- 6.326 Uno Mille

Fonte: Autoleões e concessionárias

Collor define reserva para os ianomami

O governo concedeu ontem aos índios ianomami a posse permanente de uma área de 9,4 milhões de hectares, nos Estados de Roraima e Amazonas. A decisão, tomada em portaria pelo Ministério da Justiça, atendeu a proposta da Funai e teve a oposição dos ministros militares. A Funai espera demarcar a área em seis meses, ao custo de Cr\$ 3 bilhões. Cerca de 10 mil ín-

dios, espalhados em mais de 150 aldeias, vivem na região. Após a demarcação, a reserva precisa ser homologada pelo presidente Fernando Collor. Durante a solenidade de anúncio, realizada no Palácio da Alvorada, um enxame de mosquitos cercou o local do discurso de Collor. Funcionários gastaram em vão uma lata de repelente para tentar conter o ataque dos insetos. PÁG. 1-4

Área ianomami é definida; militares sofrem derrota

Com 9,4 milhões de hectares, território é a maior reserva indígena do país

Da Sucursal de Brasília

O ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, assinou ontem portaria que declara uma área de 9,4 milhões de hectares, em Roraima e no Amazonas, como posse permanente dos índios ianomami.

A portaria atende proposta da Fundação Nacional do Índio (Funai), à qual os ministros militares se opuseram.

A Funai espera demarcar a área em seis meses, ao custo de Cr\$ 3 bilhões. Após a demarcação física, a reserva precisa ser homologada pelo presidente Fernando Collor de Mello. A portaria foi assinada em solenidade ontem de manhã no Palácio da Alvorada.

Em seu discurso, Collor afirmou que a definição da área foi fruto de "sólido consenso" no governo. Ele mencionou duas vezes que o país mantém soberania sobre a área. Foi por medo de que a soberania fosse questionada que os militares se opuseram à proposta da Funai, que inclui longa faixa de fronteira com a Venezuela.

O ministro do Exército, Carlos Tinoco, principal opositor à proposta da Funai, não quis dar entrevista.

O ministro da Educação, José Goldemberg, que havia considerado "absurda" a fixação da área sem novos estudos, não compareceu.

A área total é de 9.419.108 hectares, dos quais 5,6 milhões em Roraima (24,4% do território

A ÁREA DEMARCADA CORRESPONDE A

4

vezes a superfície do Estado de Sergipe

do Estado) e 3,8 milhões no Amazonas (2,4% do Estado). A reserva corresponde a 1,1% do território brasileiro. A área se soma ao território ianomami da Venezuela, de 8,3 milhões de hectares. Na Venezuela, a reserva ianomami ocupa 9,1% do país. A área é a maior reserva indígena demarcada no Brasil.

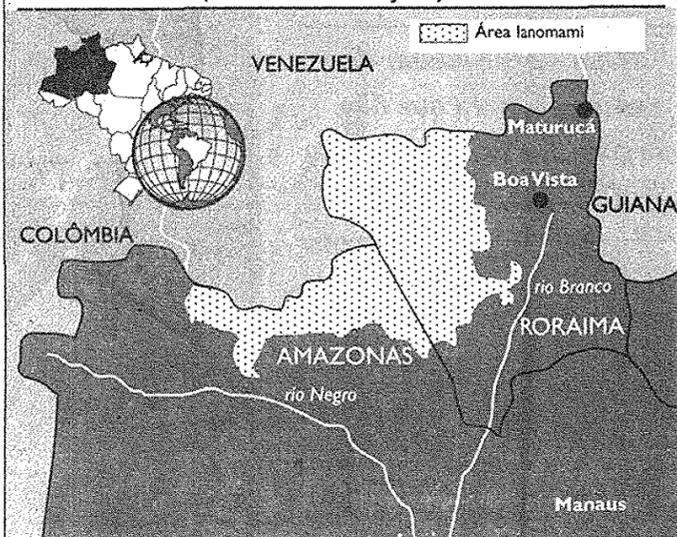
Passarinho afirmou que, além dos militares, se opunham à reserva os governadores de Roraima e do Amazonas, divergência que já teria sido superada. Como compensação, Collor sancionou projeto de lei que cria zonas de livre comércio nas cidades de Pacarema e Bonfim, em Roraima.

O presidente da Funai, Sidney Possuelo, disse que ainda restam na área cerca de 90 garimpeiros, o que considera "praticamente nada". Afirmou que eles estão espalhados e que são retirados à medida que são encontrados.

A demarcação física da área ficará para o ano que vem. Este ano, segundo Possuelo, será feita

A RESERVA DOS IANOMAMI

A área demarcada pelo Ministério da Justiça



licitação pública para escolha das empresas que farão o trabalho. A Funai depende da aprovação, pelo Congresso, de crédito suplementar de Cr\$ 2,27 bilhões.

A União se torna proprietária das terras, que são inalienáveis e indisponíveis. Os direitos sobre elas são imprescritíveis. Os ianomami detêm o usufruto das terras, administradas pela Funai. Exceto as Forças Armadas, todos precisam de autorização da Funai para entrar na região.

Vivem no local cerca de 10 mil índios, espalhados em mais de 150 aldeias. Estudos antropológicos mostram que historicamente eles ocupam toda a área, motivo

pelo qual o governo desistiu de deixar de fora da reserva uma faixa de 20 km na fronteira.

Na mesma cerimônia, Collor divulgou as diretrizes do governo para a Amazônia. O documento defende o "desenvolvimento sustentado" e diz que a Amazônia "não pode ser transformada em um santuário ecológico".

As diretrizes foram preparadas por um grupo de trabalho composto pelo ministro da Economia, Márcio Marques Moreira, e pelos secretários José Lutzenberger, de Meio Ambiente, Egberto Baptista, de Desenvolvimento Regional, e Pedro Paulo Leoni Ramos, de Assuntos Estratégicos.

Enxame de mosquitos estraga a solenidade

Assessoria gasta uma lata de inseticida em vão

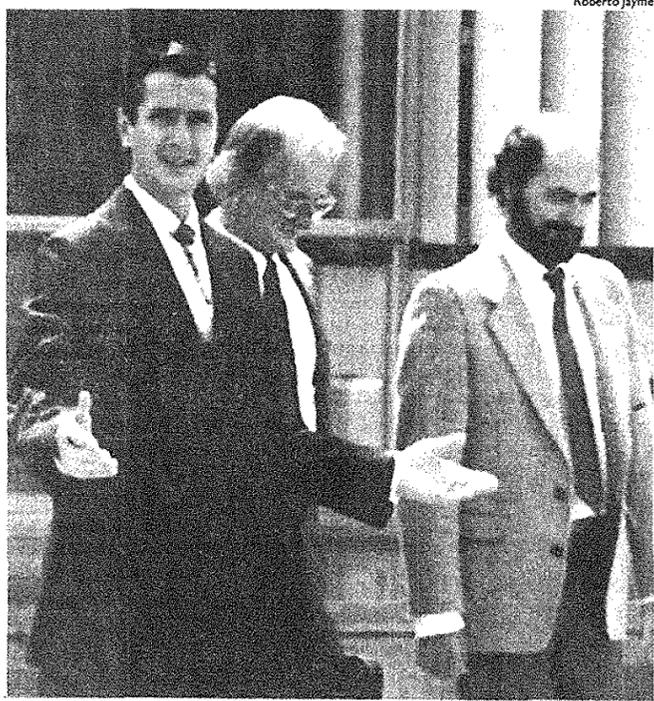
WILSON SILVEIRA
Da Sucursal de Brasília

O anúncio da demarcação da reserva ianomami foi organizado para ser o estilo "Casa Branca", a residência oficial do presidente dos EUA: no gramado do Palácio da Alvorada. O local serviria também para reforçar o caráter ecológico da cerimônia. Mas uma nuvem de mosquitos atrapalhou os planos de Collor.

Funcionários da Radiobrás e do Palácio passaram horas montando o aparato da cerimônia no gramado, a cerca de 20 metros da calçada, de forma que a imagem do Alvorada aparecesse atrás de Collor.

Os mais de 20 jornalistas que aguardavam do lado de fora do Palácio foram levados ao local. Mal chegaram, foram atacados pelos mosquitos, que tinham preferência por cabelos compridos. A aflição era agravada pelo calor, que obrigou a maioria a retirar os paletós.

Uma funcionária da Secretaria de Imprensa da Presidência viu a cena e concluiu que a próxima vítima seria o próprio Collor. Foi para o Palácio e voltou com um inseticida em spray. Esvaziou a lata de inseticida na área do púlpito, onde Collor falaria, mas não adiantou.



Collor, Lutzenberger e Sydney Possuelo (esq. para dir.)

Logo foi determinada a remoção do aparato para o hall do Palácio, o que gerou problemas com o som (a solenidade foi transmitida ao vivo pela Radiobrás para todas as emissoras educativas).

Um bom ângulo para o púlpito foi escolhido, a corda que

isola os jornalistas foi instalada, os ministros e outras autoridades se posicionaram, e os técnicos ainda testavam o som. Ora eram os ruídos, ora era a falta de qualquer som. Collor já estava chegando ao púlpito quando os microfones resolveram funcionar.

AS MAIORES RESERVAS

- Parque Indígena Ianomami (RR/AM) 9,4 milhões de hectares
- Reserva Kaiapó (PA) 3,3 milhões de hectares
- Parque Indígena do Xingu/Kapoto (MT) 2,6 milhões de hectares
- Reserva Uru-Eu-Wau-Wau (RO) 1,6 milhão de hectares
- Reserva Waimiri-Atroari (AM) 1,3 milhão de hectares

Índios vieram da Ásia há 40 mil anos

Da Redação

A tribo ianomami, considerada a mais isolada do planeta, desce assim como outros índios da América, de povos que emigraram da Sibéria (na Ásia) há 40 mil anos, segundo pesquisadores da USP e Universidade Federal do Pará. Viveu sem contato com a civilização ocidental durante séculos, nas selvas do norte da região amazônica, onde plantam banana, cana-de-açúcar e tabaco.

Nos anos 70, foi revelada a existência de minerais preciosos nas terras ianomami, invadidas depois por garimpeiros. O contato com o homem branco e a devastação de suas terras trouxe desnutrição à tribo e doenças desde a malária até a Aids.

Os índios transitam entre os territórios do Brasil (9 mil) e da Venezuela (14 mil). A primeira demarcação foi em 82, quando foram interditados 7,7 milhões de hectares. Em 88, a Funai delimitou 19 áreas isoladas, com 2,4 milhões de hectares, destinadas áreas para o garimpo e extração de madeira, decisão ratificada pelo então presidente José Sarney.

A Procuradoria Geral da República considerou isso inconstitucional e propôs a demarcação de 9,4 milhões de hectares. Desde 90, pistas de garimpeiros foram dinamitadas pela Polícia Federal.

Em abril passado, o presidente Fernando Collor de Mello revogou os decretos de Sarney e interditou os 9,4 milhões de hectares, com prazo até outubro. Em julho, a Funai delimitou a área.

Em outubro, Collor homologou 71 áreas indígenas, mas não assinou a portaria sobre as terras ianomami em Roraima, por pressões militares.

Possuelo chora na reunião

Da Sucursal de Brasília

O presidente da Funai, Sidney Possuelo, 52, teve que ser atendido ontem no centro médico da Presidência da República. Ele passou mal durante a reunião com o presidente Collor e ministros, no Palácio do Alvorada, quando foi decidida a demarcação dos 9,4 milhões de hectares do território ianomami.

"Eu fico com raiva de mim mesmo quando não consigo segurar a emoção", lamentava Possuelo, já em seu gabinete na Funai. Lá, entre assessores e familiares, comemorou a demarcação da reserva indígena.

Possuelo não estava bem desde a véspera da solenidade —dormia com a ajuda de soníferos. Durante o encontro no Alvorada ele não conseguiu ouvir os discursos dos

ministros presentes: "Uma lágrima saliente começou a escorrer, eu estava nervoso e acabei saindo no meio da reunião".

Após deixar a reunião ele foi atendido por médicos da Presidência, que mediram a pressão arterial e fizeram um eletrocardiograma, para saber se o presidente da Funai estava com problemas no coração. Tudo estava normal. Seu problema foi a emoção.

O atual presidente da Funai trabalha no órgão há 19 anos, e mesmo antes disso acompanhou, como sertanista, as atividades dos irmãos Villas-Boas no Parque do Xingu. Em todos esses anos, ficou contrariado com os sucessivos adiamentos da demarcação da reserva ianomami, definida ontem.

REPERCUSSÃO

Gilberto Mestrinho (PMDB), governador do Amazonas: "Os ianomami não precisam de uma área do tamanho de Portugal para perambular. A demarcação de 9,4 milhões de hectares para pouco mais de 3 mil índios é um exagero. Agora pode ser criada uma nação ianomami sob a égide da ONU, ferindo a soberania nacional".

Francisco Loebens, secretário-geral do Conselho Missionário Indigenista (CIMI): "A demarcação é um passo importante principalmente na área de fronteira que corresponde ao território ianomami. A medida é importante para a garantia da vida e da sobrevivência do povo ianomami. Foi uma conquista da sociedade brasileira que estava prevista na Constituição".